

RELATÓRIO

2014

ANUAL

Mensagem da Diretoria

Prezado(a) Participante,

O ano de 2014 foi marcado pela instabilidade da economia brasileira, com grande volatilidade no mercado financeiro. Contudo, nos últimos doze meses, a PREVHAB adotou estratégias acertadas e garantiu que o Plano de Benefícios Definidos Plenus, com rentabilidade de 11,9% superasse a meta atuarial de 11,3%. O Plenus encerrou 2014 com superávit equivalente a 7,2% das reservas matemáticas. Trata-se de um resultado que destaca a PREVHAB num exercício em que grande número dos fundos de pensão registrou déficit.

No primeiro trimestre deste ano, foi realizada uma migração expressiva de recursos (aproximadamente R\$ 80 milhões, o que equivale a 14% do total de recursos do Plano Plenus), dos segmentos com maior volatilidade (risco), Fundos de Ações e Fundos Multimercados, para o segmento de Renda Fixa.

Em relação ao total dos investimentos do Plenus, o Segmento de Renda Fixa passou de 57%, em 2013, para 72% e os Segmentos de Renda Variável e de Investimentos Estruturados foram reduzidos, respectivamente, de 16% para 8% e de 14% para 8%. Essa realocação deveu-se ao cenário econômico observado no início deste ano, com a elevação das taxas de juros pagas pelos Títulos Públicos e, concomitante, aumento das incertezas quanto à trajetória dos indicadores econômicos brasileiros, principalmente em relação ao crescimento econômico e inflação. Essa conjuntura aumentou drasticamente o risco dos ativos de maior volatilidade enquanto estabeleceu para os ativos de Renda Fixa um retorno superior à meta atuarial do Pleno Plenus, o que fundamentou a decisão do aumento da alocação dos recursos no segmento de Renda Fixa.

A Revista Investidor Institucional, uma das mais importantes referências no segmento de previdência complementar, trouxe em sua edição de julho de 2014 o Ranking Top Atuarial, onde a Prevhab é listada entre os dez fundos de pensão do país com melhor resultado em renda fixa no ano de 2013. A publicação destacou que os bons resultados foram consequência de estratégias diferenciadas de investimento que contribuíram para melhorar retornos e reduzir perdas no cenário econômico desfavorável da época.

O demonstrativo de investimentos do primeiro trimestre de 2014 revelou que a PREVHAB obteve rentabilidades superiores aos parâmetros estabelecidos para comparação (benchmarks), na maioria dos segmentos de aplicação em que investiu seus recursos. O destaque foi para o segmento de Investimentos Estruturados, que alcançaram rentabilidade de 30,61% no período, devido principalmente à baixa de provisão de ação judicial referente ao Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

Em razão dos preparativos para as obras de retrofit no Edifício Novo Mundo, a PREVHAB transferiu sua sede para o 10° e 11° andares do Edifício Estela Angelorum, imóvel de sua propriedade, situado na Rua da Glória, 306 – Gloria, Rio de Janeiro.

Em 21 de agosto de 2014, data em que os participantes comemoraram saudosos os 50 anos de criação do BNH (Banco Nacional da Habitação), a PREVHAB teve o seu novo modelo de plano de

contribuição definida (CD) certificado pela PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar. Novos modelos de plano, de contribuição definida (CD) e de benefício definido (BD), foram concebidos em 2013 a partir da percepção da necessidade de formatos e regulamentos de planos de benefícios mais flexíveis, que facilitassem a adesão de novos participantes e patrocinadores.

De agosto a novembro, a PREVHAB realizou a campanha anual de recadastramento dos aposentados e pensionistas do Plano Plenus. O procedimento além de ser uma obrigação da Entidade, é importante na administração do plano de benefícios, em virtude da atualização dos dados cadastrais dos participantes.

Através das demais guias que compõem este relatório, você encontrará as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2014, as respectivas Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a aprovação do Conselho Deliberativo e demais informações referentes aos planos de benefícios Plenus e Fugro.

Boa leitura!

Mario Cardoso Santiago Diretor Presidente da Prevhab

Fatos Relevantes em 2014

Mudança de Sede

Devido aos preparativos para as obras de retrofit no Edifício Novo Mundo, a Prevhab transferiu sua Sede para o 10° e 11° andares do Edifício Estela Angelorum, imóvel de sua propriedade, situado na Rua da Glória, 306 – Gloria, Rio de Janeiro.

Bons resultados no primeiro trimestre

O demonstrativo de investimentos do primeiro trimestre de 2014 revelou que a Prevhab obteve rentabilidades superiores aos parâmetros estabelecidos para comparação (benchmarks) na maioria dos segmentos de aplicação em que investiu seus recursos. O destaque foi para o segmento de Investimentos Estruturados, que alcançou rentabilidade de 30,61% no período devido, principalmente, à baixa de provisão de ação judicial referente ao Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

Prevhab entre as 10 fundações com maior rentabilidade em renda fixa

A Revista Investidor Institucional, uma das mais importantes referências no segmento de previdência complementar, trouxe em sua edição de julho de 2014 o Ranking Top Atuarial, onde a Prevhab foi listada entre os dez fundos de pensão do país com melhor resultado em renda fixa no ano de 2013. A publicação destacou que os bons resultados foram consequência de estratégias diferenciadas de investimento que contribuíram para melhorar retornos e reduzir perdas no cenário econômico desfavorável da época.

Certificação do novo Plano CD no dia em que o BNH faria 50 anos

Em uma feliz coincidência, a Prevhab teve o seu novo modelo de Plano de Contribuição Definida (CD) certificado pela Previc - Superintendência de Previdência Complementar, em 21 de agosto - data em que seriam comemorados 50 anos de criação do BNH (Banco Nacional da Habitação), patrocinadora da Entidade.

Recadastramento no Plano Plenus

De agosto a novembro, a Prevhab realizou a campanha anual de recadastramento dos aposentados e pensionistas do Plano Plenus. O procedimento é uma obrigação legal da Entidade e visa à atualização dos dados cadastrais dos participantes.

Participação em eventos

Em abril, a Prevhab esteve presente no Encontro Regional Sudeste, promovido pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, no Rio de Janeiro. Já em outubro, a convite da ABRARES — Associação Brasileira de Responsabilidade Social, o Diretor Presidente Mario Cardoso Santiago, um dos palestrantes do evento promovido por aquela associação, apresentou propostas para o fomento da previdência complementar fechada. Por fim, em novembro,

representantes da Entidade estiveram presentes no 35º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, em São Paulo.

Plano Plenus bate a meta atuarial

O ano de 2014 foi marcado pela instabilidade da economia brasileira, com grande volatilidade no mercado financeiro. Contudo, a Prevhab adotou estratégias acertadas e garantiu que o Plano de Benefícios Definidos Plenus, com rentabilidade de 11,9%, superasse a meta atuarial de 11,3%. O Plenus encerrou 2014 com superávit equivalente a 7% das reservas matemáticas.

Demonstrações Consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ Mil

		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	PASSIVO		EXERCÍCIO ATUAL	
DISPONÍVEL	4	706	646	EXIGÍVEL OPERACIONAL		4.788	4.471
REALIZÁVEL		618.678	608.213	Gestão Previdencial	9	3.961	3.822
Gestão Previdencial	5	3.120	3.239	Gestão Administrativa	10	471	443
Gestão Administrativa	6	490	714	Investimentos	11	268	206
Investimentos	7	615.068	604.260	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		10.796	22.652
Títulos Públicos		44.007	41.075	Gestão Previdencial	12	10.424	8.655
Créditos Privados e Depósitos		39.087	35.688	Gestão Administrativa	13	372	333
Fundos de Investimentos		461.613	456.411	Investimentos	14	0	13.664
Investimentos Imobiliários		59.714	60.096	PATRIMÔNIO SOCIAL	15	604.504	582.334
Empréstimos		10.048	10.421	Patrimônio de Cobertura do Plano		577.841	556.412
Depósitos Judiciais / Recursais		0	6	Provisões Matemáticas		539.592	506.282
Outros Realizáveis		599	563	Beneficios Concedidos		517.159	488.141
PERMANENTE	8	616	598	Beneficios a Conceder		22.433	18.141
Imobilizado		519	513	Equilíbrio Técnico		38.249	50.130
Diferido		97	85	Resultados Realizados		38.249	50.130
				Superávit Técnico Acumulado		38.249	50.130
				Fundos		26.663	25.922
				Fundos Previdenciais		94	57
				Fundos Administrativos		26.569	25.865
TOTAL DO ATIVO		620.000	609.457	TOTAL DO PASSIVO		620.000	609.457

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

JRICIO WERIGECA BARRE DIRETOR FINANCEIRO

CPF 180.124.187-20

Kosane Ormand dos sautos bopes

ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ mil

	A) Patrimônio Social - início do exercício	582.334	584.622	(0,39)
	1. Adições	71.811	53.065	35,33
(+)	Contribuições Previdenciais	2.311	3.035	(23,86)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	61.504	40.753	50,92
(+)	Receitas Administrativas	5.328	7.332	(27,33)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.668	1.945	37,17
	2. Destinações	(49.641)	(55.353)	(10,32)
(-)	Benefícios	(40.496)	(38.707)	4,62
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.852)	(6.808)	(72,80)
(-)	Despesas Administrativas	(7.232)	(6.533)	10,70
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(61)	(68)	(10,29)
(-)	Custeio Administrativo		(3.237)	(100,00)
	3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	22.170	(2.288)	(1.068,97)
(+/-)	Provisões Matemáticas	33.310	13.223	151,91
(+/-)	(Déficit) Superávit Técnico do Exercício	(11.881)	(18.042)	(34,15)
(+/-)	Fundos Previdenciais	37	(145)	(125,52)
(+/-)	Fundos Administrativos	704	2.676	(73,69)
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	604.504	582.334	3,81

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

WALK /

DIRETOR FINANCEIRO CPF 180.124.187-20 GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 067.468/0-4 CPF 702.229.677-49

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.865	23.190	11,54
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.997	9.280	(13,83)
1.1. Receitas	7.997	9.280	(13,83)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.532	3.236	(52,66)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.782	4.082	(7,35)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	11	8	37,50
Resultado Positivo dos Investimentos	2.669	1.950	36,87
Outras Receitas	3	4	(25,00)
2. Despesas Administrativas	(7.293)	(6.600)	10,50
2.1. Administração Previdencial	(4.293)	(4.038)	6,32
Pessoal e encargos	(2.687)	(2.570)	4,55
Treinamentos/congressos e seminários	(28)	(15)	86,67
Viagens e estadias	(17)	(16)	6,25
Serviços de terceiros	(943)	(870)	8,39
Despesas geraís	(535)	(480)	11,46
Depreciações e amortizações	(46)	(47)	(2,13)
Contingências	(37)	(40)	(7,50)
2.2. Administração dos Investimentos	(3.000)	(2.562)	17,10
Pessoal e encargos	(1.769)	(1.601)	10,49
Treinamentos/congressos e seminários	(25)	(14)	78,57
Viagens e estadias	(7)	(11)	(36,36)
Serviços de terceiros	(474)	(426)	11,27
Despesas gerais	(670)	(451)	48,56
Depreciações e amortizações	(31)	(32)	(3,13)
Contingências	(24)	(27)	(11,11)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	(5)	(100,00)
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	704	2.675	(73,68)
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	704	2.675	(73,68)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	26.569	25.865	2,72

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

AURÍCIO WERITECA BARRI DIRETOR FINANCEIRO

CPF 180.124.187-20

Kosane Ormanal dos Sautos bopos
ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

Demonstrações do Plano Plenus

BALANÇO PATRIMONIAL

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ Mil

		EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO		
DISPONÍVEL	524	611	EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.671	4.452
REALIZÁVEL	610.965	602.829	Gestão Previdencial	3.946	3.816
Gestão Previdencial	3.120	3.239	Gestão Administrativa	457	430
Gestão Administrativa	484	713	Investimentos	268	206
Investimentos	607.361	598.877	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10.794	22.651
Títulos Públicos	44.007	41.075	Gestão Previdencial	10.424	8.655
Créditos Privados e Depósitos	39.087	35.688	Gestão Administrativa	370	332
Fundos de Investimentos	453.906	451.028	Investimentos	0	13.664
Investimentos Imobiliários	59.714	60.096	PATRIMÔNIO SOCIAL	596.640	576.935
Empréstimos	10.048	10.421	Patrimônio de Cobertura do Plano	570.225	551.167
Depósitos Judiciais / Recursais	0	6	Provisões Matemáticas	531.976	501.037
Outros Realizáveis	599	563	Benefícios Concedidos	517.159	488.141
PERMANENTE	616	598	Benefícios a Conceder	14.817	12.896
Imobilizado	519	513	Equilíbrio Técnico	38.249	50.130
Diferido	97	85	Resultados Realizados	38.249	50.130
			Superávit Técnico Acumulado	38.249	50.130
			Fundos	26.415	25.768
			Fundos Administrativos	26.415	25.768
TOTAL DO ATIVO	612.105	604.038	TOTAL DO PASSIVO	612.105	604.038

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

AURÍCIO WERIES DA RETO DIRETOR FINANCEIRO CPF 180.124.187-20 ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4 CPF 702.229.677-49

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

		EXERCÍCIO ANTERIOR	
1- ATIVOS	612.105	604.038	1,34
DISPONÍVEL	524	611	(14,24)
RECEBÍVEL	3.604	3.952	(8,81)
INVESTIMENTO	607.361	598.877	1,42
TÍTULOS PÚBLICOS	44.007	41.075	7,14
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	39.087	35.688	9,52
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	453.906	451.028	0,64
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	59.714	60.096	(0,64)
EMPRÉSTIMOS	10.048	10.421	(3,58)
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	*	6	(100,00)
OUTROS REALIZÁVEIS	599	563	6,39
PERMANENTE	616	598	3,01
2- OBRIGAÇÕES	15.465	27.103	(42,94)
OPERACIONAL	4.671	4.452	4,92
CONTINGENCIAL	10.794	22.651	(52,35)
3- FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	26.415	25.768	2,51
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	26.415	25.768	2,51
5 - ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	570.225	551.167	3,46
PROVISÕES MATEMÁTICAS	531.976	501.037	6,17
SUPERÁVIT TÉCNICO	38.249	50.130	(23,70)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

GFF 034.712.307-70

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

DIRETOR FINANCEIRO CPF 180.124.187-20 ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

				VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - ínicio do exercício	551,167	557.734	(1,18)
	1. Adições	62.523	41.987	48,91
(+)	Contribuições	1.607	1.529	5,10
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	60.916	40.458	50,57
	2. Destinações	(43.465)	(48.554)	(10,48)
(-)	Beneficios	(40.165)	(38.569)	4,14
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.852)	(6.808)	(72,80)
(-)	Custeio Administrativo	(1.448)	(3.177)	(54,42)
	3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	19.058	(6.567)	(390,21)
(+/-)	Provisões Matemáticas	30.939	11.475	169,62
(+/-)	(Déficit) Superávit Técnico do Exercício	(11.881)	(18.042)	(34,15)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	570.225	551.167	3,46
	C) Fundos não Previdenciais	26.415	25.768	2,51
(+/-)	Fundos Administrativos	26.415	25.768	2,51

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

AURÍCIO WERIGGIA PARRETO DIRETOR FINANCEIRO CPF 180.124.187-20 GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 067.458/0-4

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ mil

DESCRIÇÃO		EXERCICIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+4+5)	584.863	577.508	1,27
1. Provisões Matemáticas	531.976	501.037	6,17
1.1. Benefícios Concedidos	517.159	488.141	5,94
Benefício Definido	517.159	488.141	5,94
1.2. Beneficios a Conceder	14.817	12.896	14,90
Beneficio Definido	14.817	12.896	14,90
2. Equilíbrio Técnico	38.249	50.130	(23,70)
2.1. Resultados Realizados	38.249	50.130	(23,70)
Superávit Técnico Acumulado	38.249	50.130	(23,70)
Reserva de Contingência	38.249	50.130	(23,70)
4. Exigível Operacional	4.214	4.022	4,77
4.1. Gestão Previdencial	3.946	3.816	3,41
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	268	206	30,10
5. Exigível Contingencial	10.424	22.319	(53,30)
5.1. Gestão Previdencial	10.424	8.655	20,44
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	0	13.664	(100,00)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

DIRETOR FINANCEIRO

CPF 180.124.187-20

Kosane Ormanal dos Sautos bopos
ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano · CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ mil

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.768	23.126	11,4
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.901	9.215	(14,26
1.1. Receitas	7.901	9.215	(14,26
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.448	3.176	(54,41
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.782	4.082	(7,35
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	11	8	37,5
Resultado Positivo dos Investimentos	2.657	1.945	36,6
Outras Receitas	3	4	(25,00
2. Despesas Administrativas	(7.254)	(6.573)	10,3
2.1. Administração Previdencial	(4.271)	(4.021)	6,2
2.1.1. Despesas Comuns	(3.694)	(3.452)	7,0
2.1.2. Despesas Específicas	(577)	(569)	1,4
Pessoal e encargos	(2.673)	(2.561)	4,3
Treinamentos/congressos e seminários	(27)	(15)	80,0
Viagens e estadias	(17)	(16)	6,2
Serviços de terceiros	(940)	(864)	8,8
Despesas gerais	(531)	(478)	11,0
Depreciações e amortizações	(46)	(47)	(2,13
Contingências	(37)	(40)	(7,50
2.2. Administração dos Investimentos	(2.983)	(2.552)	16,8
2.2.1. Despesas Comuns	(2.750)	(2.324)	18,3
2.2.2. Despesas Específicas	(233)	(228)	2,1
Pessoal e encargos	(1.759)	(1.595)	10,2
Treinamentos/congressos e seminários	(25)	(14)	78,5
Viagens e estadias	(7)	(11)	(36,36
Serviços de terceiros	(472)	(425)	11,0
Despesas gerais	(665)	(449)	48,1
Depreciações e amortizações	(31)	(31)	0,0
Contingências	(24)	(27)	(11,11
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	647	2.642	(75,51
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	647	2.642	(75,51
5. Operações Transitórias		2	
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	26.415	25.768	2,5

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

AURÍCIO WERI DIRETOR FINANCEIRO

CPF 180.124.187-20

Kosane Ormanal dos Sautos bopes ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

Demonstrações do Plano Fugro

BALANÇO PATRIMONIAL

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano · CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

		EXERCICIO ANTERIOR	PASSIVO		
DISPONÍVEL	182	35	EXIGÍVEL OPERACIONAL	29	19
REALIZÁVEL	7.713	5.384	Gestão Previdencial	15	6
Gestão Previdencial	0	0	Gestão Administrativa	14	13
Gestão Administrativa	6	1	Investimentos	0	0
Investimentos	7.707	5.383	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2	1
Fundos de Investimentos	7.707	5.383	Gestão Administrativa	2	1
			PATRIMÔNIO SOCIAL	7.864	5.399
			Patrimônio de Cobertura do Plano	7.616	5.245
			Provisões Matemáticas	7.616	5.245
			Benefícios a Conceder	7.616	5.245
			Fundos	248	154
			Fundos Previdenciais	94	57
			Fundos Administrativos	154	97
TOTAL DO ATIVO	7.895	5.419	TOTAL DO PASSIVO	7.895	5.419

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

DIRETOR FINANCEIRO CPF 180.124.187-20

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

Kosane Ormanal dos Sautos bopes ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4 CPF 702.229.677-49

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

			R\$ mil	
1- ATIVOS	7.895	5.419	45,69	
DISPONÍVEL	182	35	420,00	
RECEBÍVEL	6	1	500,00	
INVESTIMENTO	7.707	5.383	43,17	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	7.707	5.383	43,17	
2- OBRIGAÇÕES	31	20	55,00	
OPERACIONAL	29	19	52,63	
CONTINGENCIAL	2	1	100,00	
3- FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	154	97	58,76	
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	154	97	58,76	
5 - ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	7.710	5.302	45,42	
PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.616	5.245	45,20	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

FUNDOS PREVIDENCIAIS

CPF 034.712.507-78

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

94

64,91

CPF 425.157.427-34

AURÍCIO WERITSCH BARRETO DIRETOR FINANCEIRO

CPF 180.124.187-20

Kosane Ormanal dos Sautos bopos
ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

				R\$ mi
	A) Ative Líquido - ínicio do exercício	5.301	3.698	43,35
	1. Adições	2.823	1.801	56,75
(+)	Contribuições	2.235	1.506	48,41
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	588	295	99,32
	2. Destinações	(414)	(198)	109,09
(-)	Beneficios	(331)	(137)	141,61
(-)	Custeio Administrativo	(83)	(61)	36,07
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.409	1.603	50,28
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.372	1.748	35,70
(+/-)	Fundos Previdenciais	37	(145)	(125,52)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	7.710	5.301	45,44
	C) Fundos não Previdenciais	154	97	58,76
(+/-)	Fundos Previdenciais	154	97	58,76

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

AURÍCIO WERITECH BARRÍE DIRETOR FINANCEIRO CPF 180.124.187-20 GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA/CRC-RJ 057.458/0-4

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano • CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ mil

Provisões Técnicas (1 + 3 + 4)	7.725	5.307	45,56
1. Provisões Matemáticas	7.616	5.244	45,23
1.2. Benefícios a Conceder	7.616	5.244	45,23
Contribuição Definida	7.616	5.244	45,23
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	3,515	2.429	44,71
Saldo de Contas - parcela participantes	4.101	2.815	45,68
3. Fundos	94	57	64,91
3.1. Fundos Previdenciais	94	57	64,91
4. Exigível Operacional	15	6	150,00
4.1. Gestão Previdencial	15	6	150,00

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

Non 1

AURÍCIO WERIESCA PARRETO DIRETOR FINANCEIRO

CPF 180.124.187-20

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

Kosane Ormanal dos Sautos bopos
ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PREVHAB Previdência Complementar Administradora do Plano · CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

R\$ mil

A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	97	64	51,56
1. Custeio da Gestão Administrativa	96	65	47,69
1.1. Receitas	96	65	47,69
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	84	60	40,00
Resultado Positivo dos Investimentos	12	5	140,00
2. Despesas Administrativas	(39)	(27)	44,44
2.1. Administração Previdencial	(22)	(17)	29,41
2.1.1. Despesas Comuns	(19)	(13)	46,1
2.1.2. Despesas Específicas	(3)	(4)	(25,00
Pessoal e encargos	(14)	(9)	55,5
Serviços de terceiros	(4)	(6)	(33,33
Despesas gerais	(4)	(2)	100,0
2.2. Administração dos Investimentos	(17)	(10)	70,0
2.2.1. Despesas Comuns	(15)	(9)	66,6
2.2.2. Despesas Específicas	(2)	(1)	100,0
Pessoal e encargos	(10)	(6)	66,6
Serviços de terceiros	(2)	(2)	0,0
Despesas gerais	(5)	(2)	150,00
. Resultado Negativo dos Investimentos	0	(5)	(100,00
I. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	57	33	72,73
i. Constituição do Fundo Administrativo (4)	57	33	72,73
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	154	97	58,76

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

MARIO CARDOSO SANTIAGO, DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78

GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34

AURÍCIO WERI DIRETOR FINANCEIRO

CPF 180.124.187-20

Kosane Ormanal dos Sautos bopos
ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4 CPF 702.229.677-49

Notas Explicativas Consolidadas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional

- 1.1. A PREVHAB Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdencial, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.
- 1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.
- 1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:
- 1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios CNPB sob o nº 1971.0002-56 estruturado na modalidade de benefício definido; e
- 1.3.2. Plano de Benefícios Fugro registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios CNPB sob o nº 2008.0028-29, estruturado na modalidade de contribuição definida e que tem como patrocinadoras a Fugro Brasil Serviços Submarinos e de Levantamentos Ltda., Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços e Levantamento Ltda., Geomag S.A. Prospecções Geofísicas e Lasa Prospecções S.A..
- 1.3.3. Plano de Gestão Administrativa PGA, que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

2. Apresentação e Principais Diretrizes Contábeis

2.1. A PREVHAB apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011 (alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013, e Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014), Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, e Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009 (alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8/9/2011, Instrução PREVIC nº 6, de 13/11/2013 e Instrução PREVIC nº 15, de 12/11/2014), e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil, em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme Resolução CNPC nº 8/2011 e suas alterações, e Ofício Circular nº 001/2015/CGMG/DIACE/PREVIC, de 23/01/2015, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social DMPS (consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios DMAL;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios DPT.

2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

- a) A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.
- b) Na apuração do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto nos casos das contribuições dos autopatrocinados que são registrados pelo regime de caixa.
- c) As contribuições para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência, e as contribuições dos Planos de Benefícios na modalidade de Contribuição Definida pelo regime de caixa.
- d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, em atendimento à Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 30/01/2002 e de 24/09/2009, respectivamente, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:
 - (i) Títulos para negociação Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.
 - (ii) Títulos mantidos até o vencimento Aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

- e) Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.
- f) Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados a cada três anos, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

- g) Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.
- h) A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.
- i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.
- j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.
- k) As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.
- l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 — Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de

realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadores adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores legais são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por atuário responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente.
- n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação e definição da vida útil.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa, no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

3. Atividades de Registro e de Controle

- 3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- 3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
- 3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

4. Ativo - Disponível

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, referente às contas correntes é a seguinte:

	Exercício atual	Exercício anterior
Plano Plenus:	451	548
a) CEF nº 790.391/0	26	26
b) BRADESCO S/A nº 2.862-2	4	85
c) BRADESCO S/A nº 37.979-4	369	514
d) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	5	5
e) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	47	3
f) BANCO ITAÚ S/A nº 65316-1	-	3
Plano Fugro:	182	36
a) BRADESCO S/A nº 2112-1	182	36
Plano PGA:	73	62
a) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	Α.	17
b) BRADESCO S/A nº 2862-2	70	43
c) CEF nº 563-0	2	1
d) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	1	1
Total do Disponível	706	646

5. Ativo Realizável – Gestão Previdencial

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

		R\$ mi
	Exercício Atual	
Plano Plenus:		
a) Recursos a Receber:	454	431
Contribuições em Atraso de Participantes:	160	156
Ativos	356	321
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(196)	(165)
Outros Recursos a Receber	294	275
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	6	13
c) Depósitos Judiciais/Recursais	1.631	1.825
d) Outros Realizáveis:	1.029	970
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(15)	(15)
Reembolsos da Folha de Assistidos (INSS)	1	1
Créditos de Benefícios de Assistidos junto a SASSE	1.028	967
Ação Rescisória	27	2
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	5.142	4.793
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.983	2.983
(-) Provisão para Créditos de Líquidação Duvidosa	(8.125)	(7.776
Ação contra o INSS	1.632	1.619
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.732)	(1.719
Total Realizável - Gestão Previdencial	3.120	3.239

Plano Plenus

- a) Os "Recursos a Receber" de R\$ 454 mil, apresentam a seguinte composição:
 - R\$ 294 mil de outros recursos a receber do Plano de Gestão Administrativa PGA e da regularização de saldos bancários.
 - R\$ 160 mil de contribuições em atraso de participantes Ativos deduzidas das provisões para devedores duvidosos.
- b) Os "Adiantamentos de Créditos a Assistidos" de R\$ 6 mil referem-se a benefícios e 13º salário.
- c) Os "Depósitos Judiciais/Recursais" de R\$ 1.631 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.

- d) Os "Outros Realizáveis" de valores a receber pendentes de regularização de R\$ 1.029 mil, apresentam a seguinte composição:
 - R\$ 15 mil de contribuições pretéritas a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;
 - R\$ 1 mil de adiantamentos efetuados pela PREVHAB por conta dos proventos dos assistidos pendentes de reembolsos junto ao INSS;
 - R\$ 1.028 mil de pagamentos efetuados pela PREVHAB a título de 13º salário e benefícios de assistidos que migraram para a SASSE (atual Caixa Seguradora) pendentes de reembolsos, atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros atuariais de 6% a.a., referente à ação ordinária de cobrança nº 2001.01.1.076664-8, movida pela PREVHAB contra a Caixa Seguradora S/A (antiga SASSE Companhia Nacional de Seguros Gerais), em curso na 20ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, sendo juntada a manifestação da Contadoria judicial em 20/11/2014;
 - R\$ 5.142 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como crédito de liquidação duvidosa, estão sendo cobrados à Caixa Econômica Federal e a FUNCEF através das Ações Ordinárias nºs. 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação da PREVHAB foi distribuída à 1ª Turma do Tribunal Regional Federal TRF1 sem previsão de julgamento; 2009.34.00.026743-9, em curso na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, concluso para sentença desde setembro de 2013; e 2010.51.01.010878-9, em curso na 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, encontra-se conclusa para manifestação do Juízo;
 - R\$ 2.983 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor encontra-se totalmente provisionado como crédito de liquidação duvidosa;
 - R\$ 1.632 mil de pagamentos de benefícios efetuados pela PREVHAB de responsabilidade do INSS (ação nº 2001.51.01.003688-1 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), do período de março de 1987 a fevereiro de 1988, em litígio judicial, atualizado monetariamente pelo INPC e acrescido de juros de 6% a.a., não foram acolhidos os embargos de declaração opostos pelo INSS suscitando a aplicação de TR para fins de correção monetária. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda;
 - R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo nº 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a fevereiro de 1988 aos seus associados, encontra-se no STJ 4ª Turma para julgar recurso especial interposto pela PREVHAB. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda.

6. Ativo Realizável – Gestão Administrativa

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é a seguinte:

Plano PGA

- a) A "Responsabilidade de Terceiros" de R\$ 5 mil referem-se a R\$ 3 mil de adiantamentos a terceiros (advogados) e regularização de R\$ 2 mil de saldos bancários do Plano Fugro.
- b) Os "Outros Recursos a Receber" de R\$ 398 mil referem-se ao custeio administrativo dos investimentos a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.
- c) As "Despesas Antecipadas" de R\$ 29 mil referem-se a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 25 mil de férias e R\$ 4 mil de despesas miúdas.
- d) Os "Depósitos Judiciais/Recursais" de R\$ 10 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.
- e) Os "Outros Realizáveis" de valores a receber de R\$ 48 mil, referem-se a R\$ 3 mil de IRRF a recuperar; R\$ 4 mil dos recolhimentos mensais efetuados ao Fundo de Compensação Variações Salariais FCVS, a partir do mês de julho de 2002, a serem ressarcidos pela CEF, após a homologação da liquidação do financiamento imobiliário; e R\$ 41 mil dos pagamentos mensais do seguro do Sistema Financeiro da Habitação SFH, pendentes de ressarcimentos pelos mutuários com financiamento imobiliário.

7. Ativo Realizável - Investimentos

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução CMN nº 4.275, de 31/10/2013, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus, Fugro e PGA no ano de 2014 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 133ª, 135ª e 138ª Reuniões Ordinárias, realizadas em 12/12/2013, 25/02/2014 e 22/05/2014, do Plano de Benefícios Plenus, e 133ª Reunião Ordinária do Plano de Benefícios Fugro e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2014/2018, elaboradas pela PREVHAB.

b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foi firmado com o Banco Itaú S.A. o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Fundos e Carteiras" e o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Centralização de Custódia, Controladoria e Consolidação de Ativos para Fundos de Pensão".

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco (observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792/2009), enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus.

d) Gestão de Investimentos

d.1.) O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2014, possuía dez Fundos de Investimentos, sendo cinco no segmento de Renda Fixa, três no segmento de Investimentos Estruturados e dois no segmento de Renda Variável, a seguir discriminados:

d.1.a) Renda Fixa:

• Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab Multimercado (Gestor Caixa Econômica Federal);

- BTG Pactual Prevhab Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM);
- BTG Pactual Capital Markets Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado (Gestor BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM);
- HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.);
- Plural Capital Institucional Fundo de Investimento em Cota de Fundo de Investimento Multimercado (Gestora Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.).

d.1.b) Investimentos Estruturados:

- Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor Rio Bravo Investimentos Ltda):
- Fundo Investimento Imobiliário RB Capital Prime Realty II (Gestor RB Capital Investimentos Ltda);
- JGP Max Fundo de Investimento em Cota de Fundo de Investimento Multimercado (Gestor JGP Gestão de Recursos Ltda.).

d.1.c) Renda Variável:

- BTG Pactual Institucional Dividendos Fundo de Investimento em Ações (Gestor BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM);
- JGP Institucional Fundo de Investimentos em Ações (Gestor JGP Gestão de Recursos).

No ano de 2014, a rentabilidade dos investimentos do Plano Plenus foi positiva de 11,87%, superior 0,61 ponto percentual à meta atuarial de 11,26% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento Investimentos Estruturados de 39,32%, Renda Fixa de 12,98%, Empréstimos e Financiamentos de 12,11%, Investimentos Imobiliários de 2,74% e Renda Variável de 0,30%.

d.2.) Os recursos do Plano de Benefícios Fugro são aplicados em dois Fundos de Investimentos, de acordo com os quatro perfis definidos pelos participantes: conservador (100% em renda fixa), moderado (90% em renda fixa e 10% em renda variável), agressivo (80% em renda fixa e 20% em renda variável) e super agressivo (70% renda fixa e 30% renda variável). Os Fundos de Investimentos são os seguintes:

d.2.a) Renda Fixa: Itaú Institucional Referenciado DI Fundo de Investimento tendo como gestor o Banco Itaú Unibanco S.A.;

d.2.b) Renda Variável: HSBC Ibovespa Regimes de Previdência Fundo de Investimento em Ações tendo como gestor o HSBC Asset Management.

No ano de 2014 a rentabilidade total dos investimentos do Plano Fugro foi positiva de 9,65%. A rentabilidade positiva do segmento de Renda Fixa de 10,89% superou em 0,07 ponto percentual à meta do CDI de 10,82%. A rentabilidade negativa do segmento de Renda Variável de 1,64% ficou superior 1,27 ponto percentual à meta do IBOVESPA de -2,91%.

d.3.) Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão sendo aplicados no Fundo Renda Fixa HSBC Referenciado DI Longo Prazo (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.) e a rentabilidade do investimento no ano foi positiva de 10,98% superior 0,16 ponto percentual à meta do CDI de 10,82%.

A posição consolidada do Ativo Realizável –Investimentos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é a seguinte:

		R\$ mil
		Exercício anterior
Plano Plenus:	581.292	573.721
Títulos Públicos	44.007	41.075
Créditos Privados e Depósitos	39.087	35.688
Fundos de Investimentos	427.837	425.872
Investimentos Imobiliários	59.714	60.096
Empréstimos e Financiamentos	10.048	10.421
Depósitos Judiciais/Recursais	0	6
Outros Realizáveis	599	563
Plano Fugro:	7.544	5.272
Fundos de Investimentos	7.544	5.272
Plano PGA:	26.232	25.267
Fundos de Investimentos	26.232	25.267
Total dos Investimentos	615.068	604.260

7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os "Títulos Públicos", no total de R\$ 44.007 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os "Créditos Privados e Depósitos", no total de R\$ 39.087 mil, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A. (R\$ 38.455 mil) e da Cia. Vale do Rio Doce (R\$ 632 mil);

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente Fiduciário), com o compromisso da Emissora efetuar mensalmente os pagamentos programados à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com correção pelo INPC e juros de 4% ao ano. O Conselho Deliberativo em sua 141ª Reunião Ordinária, realizada em 21/08/2014, aprovou a postergação do pagamento das parcelas devidas em dezembro/2013 a junho/2014; o pagamento parcial do montante correspondente a 20% das parcelas devidas no período de julho/2014 a agosto/2015; o pagamento do saldo remanescente na proporção de 80% das parcelas devidas no período de julho/2014 a agosto/2014, em 13 parcelas mensais, a partir de 18/02/2016 a 18/02/2017. A partir do mês de setembro/2015, ocorrerão os pagamentos das parcelas originalmente previstas para as referidas datas, das parcelas devidas de dezembro/2013 a junho/2014 e do período de julho a agosto/2015. Cada parcela ou parte dela, objeto de postergação, terá o seu valor acrescido da variação do INPC e de juros a taxa de 4% ao ano, desde seu vencimento original;

7.1.2.4. Estão provisionadas como possíveis perdas, na sua totalidade, as aplicações em debêntures conversíveis da Usina Santa Olímpia (R\$ 478 mil), em processo de falência.

7.1.3. Na Carteira de Ações as cotações das ações das empresas Master Tecidos Plásticos S.A. e Américas Empreendimentos Artísticos S.A. são avaliadas pelo valor patrimonial, como o patrimônio líquido das referidas empresas é negativo, as suas ações têm valor igual à zero.

7.1.4. Os "Fundos de Investimentos", no total de R\$ 427.837 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

- R\$ 333.490 mil em Renda Fixa, sendo R\$ 11.082 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhab Multimercado; R\$ 270.541 mil no BTG Prevhab Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 12.667 mil no BTG Pactual Capital Markets Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado; R\$ 26.207 mil no HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional; e R\$ 12.993 mil no Plural Capital Institucional Fundo de Investimento em Cota de Fundo de Investimento Multimercado.
- R\$ 46.125 mil em Investimentos Estruturados, sendo R\$ 35.785 mil no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping; R\$ 725 mil no Fundo Investimento Imobiliário RB Capital Prime Realty II; R\$ 9.615 mil no JGP Max Fundo de Investimento em Cota de Fundo de Investimento Multimercado.
- R\$ 48.222 mil em Renda Variável, sendo R\$ 23.612 mil no BTG Pactual Institucional Dividendos Fundo de Investimento em Ações; R\$ 24.610 mil no JGP Institucional Fundo de Investimentos em Ações.

7.1.4.1. No Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping está contabilizado saldo remanescente do valor de R\$ 2.782 mil da rentabilidade mínima a receber do exercício de 1998, em litígio judicial, totalmente provisionado como provável perda. O litígio judicial entre a PREVHAB e as empresas Via Parque Shopping S.A., Plarcon Engenharia S.A., Cimob Companhia Imobiliária S.A. e

Gafisa Imobiliária S.A. (ação de execução nº 2001.209.000474-6 da 2ª Vara Cível da Barra da Tijuca/RJ), tem sentença totalmente favorável à Entidade, intimando a Gafisa a pagar o valor remanescente no prazo de 5 dias, sob pena de penhora, encontra-se aguardando juntada de petições e prosseguimento para penhora de valores.

7.1.5. Os Investimentos Imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou reavaliação e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação;

7.1.5.1. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 119ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2012, aprovou os Laudos de Avaliações dos imóveis elaborados pela empresa AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., relativamente aos imóveis situados no Rio de Janeiro e São Paulo;

7.1.5.2. As reavaliações dos imóveis foram contabilizadas de acordo com os Laudos de Avaliações no balancete do mês de outubro/2012 e resultaram no acréscimo de R\$ 13.943 mil.

7.1.5.3. A composição, em 31/12/2014, dos Investimentos Imobiliários de R\$ 59.714 mil é a seguinte:

- os "Terrenos" localizados em Aracaju SE na Av. Augusto Franco, nº 1.118 Lote 1, Travessa Pernambuco, nº 197 Lote 2 e Rua Porto Alegre, nº 04 Lote 3, estão sem valor comercial, tendo em vista a impossibilidade de sua retomada e a recomendação do não registro de quaisquer valores nessas circunstâncias, conforme justificativas do Diretor Financeiro da PREVHAB, Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado AETQ, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 119ª Reunião Ordinária;
- os imóveis de "Uso Próprio e Locados a Terceiros", no total de R\$ 43.140 mil, já deduzidos os valores de depreciações e de provisões para devedores duvidosos, referem-se ao valor de R\$ 4.233 mil do imóvel de uso próprio localizado na Rua da Glória RJ 10° e 11° andares, e de R\$ 38.907 mil dos imóveis locados a terceiros, localizados na Av. Presidente Wilson, 164 RJ (R\$ 22.213 mil), Rua da Glória, 306 RJ (R\$ 15.792 mil), Rua Prof. Ortiz Monteiro, 152/305 RJ (R\$ 772 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 ES (R\$ 121 mil) e Rua Buenos Aires, 68 RJ (R\$ 9 mil), sendo que os dois últimos imóveis foram vendidos a prazo;
- os imóveis de "Rendas de Participações", no valor de R\$ 14.507 mil, referem-se às frações representativas de 3,83% das lojas do Shopping Ribeirão Preto – SP, já deduzidos os valores de depreciações;
- os imóveis de "Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários", no total de R\$ 91 mil, referem-se ao saldo a receber da venda a prazo de unidades imobiliárias Rua Buenos Aires – RJ:
- os imóveis de "Outros Investimentos Imobiliários", no total de R\$ 1.976 mil, referem-se aos imóveis localizados nos seguintes endereços: a) Rua Barão de Jaguará em Campinas SP, no valor de R\$ 1.630 mil, desapropriado pela União Federal, com processo nº 98.061.3429-0 em curso na 2ª Vara Federal de Campinas SP, ocorreu o levantamento de 80% dos valores depositados pela União e está aguardando apreciação de recursos da União Federal para apurar a diferença ainda a ser paga pela União; b) Avenida Adélia Franco em Aracaju SE, no valor de R\$ 346 mil, desapropriado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe da 12ª Vara Cível, conforme auto de imissão de posse do Estado de Sergipe (ação de desapropriação nº 2008.112.01202), com decisão deferindo o pedido da PREVHAB ocorreu o levantamento de 80% do valor depositado pelo Estado de Sergipe. A PREVHAB requereu expedição de

ofício ao BANESE para efetuar a transferência correspondente a 80% da quantia depositada em 29/09/2008, corrigida pelos índices da poupança.

7.1.5.4. Os Investimentos Imobiliários, em 31/12/2014, registram 10,23% dos recursos garantidores (o limite estabelecido é de 8% pela Resolução CMN nº 3.792/2009) decorrente da reavaliação dos imóveis ocorrida em outubro/2012. Com a diminuição dos saldos dos "Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários" de R\$ 90 mil e dos "Imóveis Desapropriados" de R\$ 1.976 mil do total do segmento dos Investimentos Imobiliários e as reaplicações dos recursos em outro tipo de segmento de investimento, o percentual dos recursos aplicados cai de 10,23% para 9,87%, cujo percentual é considerado como desenquadramento passivo, conforme previsto no inciso VII e parágrafos 1º e 2º do Art. 52 da Resolução CMN nº 3.792/2009 sobre reavaliação dos imóveis.

7.1.5.5. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo – RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ seja considerado como investimento de desenquadramento passivo.

7.1.6. Os "Empréstimos" concedidos aos participantes em 31/12/2014 totalizam R\$ 10.048 mil e apresentam as seguintes condições:

- prazo máximo de 96 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;
- prazo máximo de 96 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);
- prazo máximo de 24 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a.

7.1.6.1. No exercício, foram concedidos 102 empréstimos aos participantes no total líquido de R\$ 1.437 mil.

7.1.7. Os "Outros Realizáveis", no valor de R\$ 599 mil, referem-se à Ação Ordinária nº 96.0006567-5 da 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro, do reconhecimento de crédito tributário junto à União Federal, decorrente do recolhimento indevido do IOF incidente sobre ouro e valores mobiliários, instituído pela Lei nº 8.033/90 (Plano Collor), cujo pagamento será efetuado pela União Federal, por meio de precatórios, em parcelas anuais no prazo de 10 anos. O pagamento do crédito tributário está sendo efetuado pela União Federal, restando 2 parcelas anuais.

7.2. Plano Fugro

7.2.1. Os "Fundos de Investimentos", no total de R\$ 7.544 mil, estão aplicados R\$ 6.871 mil em Renda Fixa no Itaú Institucional Referenciado DI Fundo de Investimento e R\$ 673 mil em Renda Variável no HSBC Ibovespa Regimes de Previdência Fundo de Investimento em Ações.

7.3. Plano PGA

7.3.1. Os "Fundos de Investimentos", no total de R\$ 26.232 mil, estão aplicados no Fundo Renda Fixa HSBC Referenciado DI Longo Prazo.

8. Ativo Permanente

A posição consolidada do Ativo Permanente em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é a seguinte:

Descrição	Taxa de depreciação / amortização	Exercício atual	Exercício anterior
Plano PGA:			
a) Imobilizado		519	513
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	190	210
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	246	215
Sistema de Comunicação	10% aa.	2	2
Aparelho Cinematográfico	15% aa.	1	2
Outras Imobilizações			1
b) Diferido		97	85
Gastos Implantação Software	20% aa.	92	80
Fomento (Adiantamento do Plano Vida)		5	
Total Ativo Permanente		616	598

9. Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

		R\$ mi
		Exercício anterior
Plano Plenus:	3.946	3.816
a) Beneficios a Pagar:	3.139	2.734
Benefícios de Pagamento Único	3.139	2.734
b) Retenções a Recolher	229	247
c) Recursos Antecipados	1	1
d) Outras Exigibilidades:	577	834
Consignações a Repassar	14	285
Terceiros	175	175
Custeio Administrativo	388	374
Plano Fugro:	15	
a) Retenções a Recolher	4	
b) Benefícios de Pagamento Único	5	Ę
c) Outras Exigibilidades	6	1
Total Exigível Operacional - Gestão Previdencial	3.961	3.822

9.1. Plano Plenus

9.1.1. Os "Benefícios a Pagar", no total de R\$ 3.139 mil, referem-se a contribuições a serem devolvidas a ex-participantes em litígio contra a CEF, atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros atuariais de 6% a.a.

9.1.2. As "Retenções a Recolher", de R\$ 229 mil, referem-se a IRRF a recolher da folha de pagamento de assistidos e ação judicial.

9.1.3. Os "Recursos Antecipados", de R\$ 1 mil, referem-se à contribuição sobre 13º salário de assistidos e ativos.

9.1.4. As "Outras Exigibilidades", no total de R\$ 577 mil, referem-se às consignações a repassar de custeio administrativo ao PGA (R\$ 388 mil), convênio INSS (R\$ 175 mil) e valores a regularizar do PGA (R\$ 14 mil).

9.2. Plano Fugro

9.2.1. As "Retenções a Recolher", de R\$ 4 mil, referem-se a IRRF sobre contribuições a recolher.

9.2.2. Os "Benefícios de Pagamento Único", no total de R\$ 5 mil, referem-se a portabilidade de contribuições de participantes.

9.2.3. As "Outras Exigibilidades", no total de R\$ 6 mil, referem-se às consignações a repassar de custeio administrativo ao PGA.

10. Passivo Exigível Operacional - Gestão Administrativa

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

		R\$ mil
		Exercício anterior
Plano PGA:		
a) Contas a Pagar	358	336
b) Retenções a Recolher	113	107
Total Exigível Operacional - Gestão Administrativa	471	443

10.1. Plano PGA

a) As "Contas a Pagar" de R\$ 358 mil referem-se às Despesas Administrativas Comuns de R\$ 323 mil e Específicas de R\$ 35 mil.

b) As "Retenções a Recolher" de R\$ 113 mil referem-se aos valores do IRRF da folha salarial e prestadores de serviços (R\$ 39 mil), INSS dos empregados, empregador, pessoa física e jurídica (R\$ 73 mil), e PIS/COFINS/CSLL de serviços de terceiros (R\$ 1 mil).

11. Passivo Exigível Operacional – Investimentos

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

		R\$ mil
Plano Plenus:		
a) Investimentos Imobiliários	268	206
Total Exigível Operacional - Investimentos	268	206

11.1. Plano Plenus

a) Os "Investimentos" de R\$ 268 mil referem-se aos valores de honorários de sucumbência do Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (R\$ 38 mil), IPTU a pagar do terreno localizado na Travessa Pernambuco, s/nº - SE (R\$ 190 mil) e contas a pagar, honorários de sucumbência, depósito de caução, IRRF, INSS, PIS/COFINS/CSLL a recolher de Imóveis Locados a Terceiros (R\$ 40 mil).

12. Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial — Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

		R\$ mil
Descrição		
Plano Plenus:		
Provisões de Ações Previdenciais	14.779	12.863
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(4.355)	(4.208)
Total Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	10.424	8.655

12.1. Plano Plenus

12.1.1. As "Provisões de Ações Previdenciais" de R\$ 10.424 mil é o resultado do provisionamento dos valores de R\$ 14.779 mil correspondentes às possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB, deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 4.355 mil.

13. Passivo Exigível Contingencial - Gestão Administrativa

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

Descrição		
Plano PGA:	-	
Provisões de Ações Trabalhistas	373	334
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(1)	(1)
Total Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	372	333

13.1. Plano PGA

13.1.1. As "Provisões de Ações Trabalhistas" de R\$ 372 mil referem-se ao provisionamento dos valores de R\$ 373 mil correspondentes às possíveis perdas em ações movidas pelos empregados e exempregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 1 mil.

14. Passivo Exigível Contingencial - Investimentos

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Investimentos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

		R\$ mil	
Descrição	Exercício atual	Exercício anterior	
Plano Plenus:			
Fundos de Investimentos	0	13.664	
Total Exigivel Contingencial - Investimentos	0	13.664	

14.1. Plano Plenus

14.1.1. A Diretoria-Executiva em sua 272ª Reunião Ordinária, realizada em 14/04/2014, em função da decisão judicial prolatada pelo juízo da 2ª Vara Cível da Barra da Tijuca/RJ, aprovou a baixa da provisão no balancete do Plano do mês de março/2014 do depósito judicial recebido pela PREVHAB da ação judicial contra as empresas Via Parque Shopping S.A., Plarcon Engenharia S.A., Cimob Companhia Imobiliária S.A. e Gafisa Imobiliária S.A. (processo nº 2001.209.000474-6).

15. Passivo – Patrimônio Social

A posição consolidada do Passivo — Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus, Fugro e PGA, apresenta a seguinte composição:

15.1. Plano Plenus

- 15.1.1. O "Patrimônio de Cobertura do Plano" de R\$ 570.225 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 531.976 mil e do Equilíbrio Técnico de R\$ 38.249 mil.
- 15.1.2. As "Provisões Matemáticas", no total de R\$ 531.976 mil, referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano, de R\$ 517.159 mil, com os participantes assistidos, e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, de R\$ 14.817 mil, com os participantes ativos, conforme Parecer da Avaliação Atuarial de 31/12/2014 elaborado pela STEA Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., em 24/02/2015 (STEA: 25/2015/336).
- 15.1.3. No item 8 do Parecer da STEA sobre a variação das provisões matemáticas e resultado do exercício consta que o principal fato que ocasionou o aumento das Reservas Matemáticas foi identificado que no ano de 2013 o sistema não estava contemplando no seu cálculo a reversão da aposentadoria em pensão, ocasionando uma subestimativa do seu valor nas Reservas, fato este já corrigido neste novo cálculo de 2014.
- 15.1.4. O "Equilíbrio Técnico" de R\$ 38.249 mil representa o Superávit Técnico Acumulado do Plano e constitui a Reserva de Contingência, representando 7,19% do total das Provisões Matemáticas.

15.2. Plano Fugro

- 15.2.1. O "Patrimônio de Cobertura do Plano" de R\$ 7.616 mil refere-se às provisões matemáticas para cobertura do Plano de contribuição definida dos benefícios a conceder aos participantes.
- 15.2.2. Os "Fundos", no total de R\$ 94 mil, referem-se ao saldo do Fundo Previdencial relativo às contribuições da Patrocinadora por ocasião da rescisão do contrato de trabalho do participante ativo

que tenha optado pelo resgate, destinado ao Fundo de Reversão de Sobras, conforme previsto no § 3º do Art. 13 do Regulamento do Plano Fugro.

15.3. Plano PGA

15.3.1. Os "Fundos" de R\$ 26.569 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa — PGA, referem-se aos saldos dos Fundos Administrativos do Plano Plenus de R\$ 26.415 mil e do Plano Fugro de R\$ 154 mil.

16. Contas de Resultados - Gestão Previdencial

16.1. Plano Plenus

16.1.1. As receitas previdenciais do Plano totalizaram no ano R\$ 1.607 mil.

16.1.2. As despesas de benefícios dos assistidos no ano, no total de R\$ 40.165 mil, foram cobertas com os resultados dos investimentos.

16.1.3. As despesas de constituições líquidas de contingências de ações judiciais previdenciais e de investimentos totalizaram no ano R\$ 2.058 mil.

- 1.4. As despesas de contribuições para custeio administrativo do PGA totalizaram no ano R\$
 5.241 mil e apresentam a seguinte composição:
- R\$ 1.448 mil através das contribuições dos participantes do Plano; e
- R\$ 3.793 mil do resultado dos investimentos do Plano do correspondente a 0,8% ao ano, incidente sobre os recursos garantidores e do resultado da cobrança da taxa de 0,3% sobre os empréstimos concedidos aos participantes.

16.1.5. As despesas de constituições líquidas das Provisões Matemáticas do Plano totalizaram no ano R\$ 30.939 mil, sendo R\$ 29.019 mil de constituições dos Benefícios Concedidos e R\$ 1.920 mil de reversões de Benefícios a Conceder.

16.1.6. Os rendimentos no ano das aplicações dos investimentos do Plano Plenus totalizaram R\$ 64.915 mil e foram transferidos para a Gestão Previdencial.

16.1.7. O resultado negativo no ano de R\$ 11.881 mil foi coberto por reversões no Superávit Técnico do Plano.

16.2. Plano Fugro

16.2.1. As receitas de contribuições previdenciais do Plano totalizaram no ano R\$ 2.225 mil, sendo R\$ 1.199 mil dos participantes, R\$ 1.009 mil dos patrocinadores e R\$ 17 mil dos autopatrocinados.

16.2.2. As receitas de contribuições para custeio administrativo do Plano dos patrocinadores e autopatrocinados totalizaram no ano R\$ 84 mil.

16.2.3. As despesas de restituições das contribuições de participantes e portabilidade de recursos a outro plano de previdência complementar totalizaram no ano R\$ 331 mil.

16.2.4. As despesas para custeio administrativo do PGA totalizaram no ano R\$ 84 mil.

16.2.5. As despesas de constituições das Provisões Matemáticas dos Benefícios a Conceder do Plano totalizaram no ano R\$ 2.372 mil.

16.2.6. As despesas de constituições líquidas para o Fundo Previdencial totalizaram no ano R\$ 110 mil.

16.2.7. Os rendimentos no ano das aplicações dos investimentos do Plano Fugro totalizaram R\$ 588 mil e foram transferidos para a Gestão Previdencial.

17. Contas de Resultados - Gestão Administrativa

17.1. Plano PGA

17.1.1. As fontes de recursos no ano do custeio administrativo do Plano de Gestão Administrativa – PGA, no total de R\$ 5.328 mil, transferidas da Gestão Previdencial, são as seguintes:

- R\$ 5.241 de receitas de contribuição mensal dos participantes ativos e assistidos do Plano Plenus, de resultado dos investimentos do Plano do correspondente a 0,8% ao ano, incidente sobre os recursos garantidores e de resultado da cobrança da taxa de 0,3% sobre os empréstimos concedidos aos participantes;
- R\$ 84 mil de receitas de contribuição mensal das patrocinadoras do Plano Fugro, correspondente a 4% incidente sobre as contribuições normais vertidas por elas e pelos participantes autopatrocinados;
- R\$ 3 mil de outras receitas administrativas do Plano Plenus.

17.1.2. As despesas administrativas do PGA (comuns e específicas) somaram no ano R\$ 7.232 mil. O rateio das despesas administrativas comuns coube as "Despesas da Gestão Previdencial" o percentual de 60% dessas despesas e as "Despesas dos Investimentos" os 40% restantes. Para definição desses percentuais, as "Despesas da Gestão Previdencial" foram consideradas como compostas pelas áreas da Presidência, Administração e Previdência, e Informática, e as "Despesas dos Investimentos" foram consideradas como compostas pelas áreas Financeira, Investimentos e Contabilidade.

17.1.3. As constituições líquidas de contingências de ações judiciais administrativas totalizaram no ano R\$ 61 mil.

17.1.4. As constituições dos Fundos Administrativos totalizaram no ano R\$ 704 mil, sendo R\$ 647 mil para Fundo do Plano Plenus e R\$ 57 mil para o Fundo do Plano Fugro.

17.1.5. Os rendimentos no ano das aplicações dos investimentos do Plano PGA totalizaram R\$ 2.669 mil e foram transferidos para os Fundos Administrativos do Plano Plenus (R\$ 2.657 mil) e Plano Fugro (R\$ 12 mil).

18. Eventos Subsequentes

18.1. Política de Investimento

18.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009, alterada pela Resolução CMN nº 4.275 de 31/10/2013, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 145ª Reunião Ordinária, realizada em 18/12/2014, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus, do Plano de Benefícios Fugro e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2015/2019, elaboradas pela PREVHAB, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 07/01/2015, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

18.2. Orçamento das Despesas Administrativas

18.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CNPC nº 29, de 31/08/2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 145ª Reunião Ordinária, realizada em 18/12/2014, o Orçamento das Despesas Administrativas para o ano de 2015 do Plano de Gestão Administrativa – PGA, e na 146ª Reunião Ordinária, realizada em 22/01/2015, os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2015.

18.3. Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

18.3.1 Relativamente ao Plano Plenus, a PREVHAB faz parte da Ação Ordinária (processo nº 91.0123902-3) movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPP contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em que foi julgado procedente o direito das Associadas à correção das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) por meio do IPC, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, e não pelo BTN como realizado pela União Federal à época. A PREVHAB era possuidora de 35.745.591 OFND's.

18.3.2. Em 07/01/2014, a ABRAPP informou que o recurso de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, com pedido de que o TRF da 2ª Região proferisse decisão sobre a questão do desmembramento da execução, foi distribuído para a 7ª Turma do Tribunal, sendo em 11/11/2013, deferida liminar pelo Desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, em favor da União Federal, determinando a suspensão dos efeitos da decisão que mandara prosseguir a execução. Diante da ordem de suspensão, a Juíza da 23ª Vara Federal, em 28/11/2013, proferiu nova decisão na qual, determinou que a execução se fizesse em separado, mediante interposição, por cada entidade beneficiária do resultado da sentença, em processos executórios próprios, a serem livremente distribuídos por juízos competentes. A ABRAPP, em 11/12/2013, interpôs Agravo de Instrumento contra esta decisão, requerendo que tal recurso seja distribuído por dependência para o Desembargador Luiz Paulo, que deu vistas para a União Federal em 19/12/2013. Os autos foram encaminhados para a Advocacia Geral da União, para devolução após o recesso forense (20/12/2013 a 06/01/2014).

18.3.3. Quanto a Ação Rescisória da União Federal (nº 2012.02.01.000858-3), tendo em vista que os embargos de declaração opostos, tanto pela ABRAPP quanto da União Federal, foram rejeitados, em 06/09/2013 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ. A União Federal por sua vez também interpôs mesmos recursos, que aguardam a apreciação pela Vice-Presidência do TRF-2ª Região, para a subida aos tribunais superiores. No caso da ABRAPP o recurso visa à discussão sobre a redução dos honorários, já a União Federal pretende levar a discussão, de todo o mérito da causa.

18.3.4. No Informativo Jurídico da ABRAPP do mês de novembro/2014 informa que "Em razão do julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela ABRAPP em face da decisão que determinou que a execução do acórdão que reconheceu que as OFND's adquiridas pelas filiadas da associação deve ser proposta e processada individualmente, por cada entidade, foram opostos Embargos de Declaração em 20/10/2014, que foram negados pela 7ª Câmara Especializada do TRF da 2ª Região. Desta decisão foi protocolado no último dia 15 Agravo de Instrumento pleiteando a nulidade da decisão ou que seja reconhecido e provido o Recurso Especial."

18.4. Plano de Beneficios Fugro

18.4.1. Na Reunião Ordinária nº 131ª do Conselho Deliberativo da PREVHAB, realizada em 24/10/2013, o Diretor-Presidente da PREVHAB comunicou ao Conselho o recebimento das correspondências datadas de 23/10/2013, encaminhadas pelas patrocinadoras Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços e Levantamentos Ltda. e, Fugro Brasil – Serviços Submarinos e Levantamentos Ltda., comunicando a decisão de transferir a administração do Plano Fugro para o MultiPensions Bradesco – Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada. A Diretoria propõe que se submeta à aprovação da PREVIC um protocolo de procedimentos que possa viabilizar a decisão, tal como requerido, documento a ser firmado entre a PREVHAB, o MultiPensions e as patrocinadoras. O Conselho Deliberativo aprovou o encaminhamento do assunto proposto pela Diretoria.

18.4.2. Na Reunião Ordinária nº 133ª do Conselho Deliberativo da PREVHAB, realizada em 12/12/2013, o Diretor de Administração e Previdência deu conhecimento ao Conselho dos documentos enviados pela Geomag S.A. Prospecções Geofísicas e Lasa Prospecções S.A., pelos quais comunicam suas decisões de retirar o patrocínio do Plano Fugro. O Diretor esclareceu que a PREVHAB, para orientar aquelas empresas, estava aguardando os subsídios técnicos relativos às operações de retirada de patrocínio e transferência de gerenciamento, solicitados à PREVIC através da C.PREVHAB/DIRAP/442/2013, de 29/11/2013.

18.4.3. Na Reunião Extraordinária nº 57ª do Conselho Fiscal da PREVHAB, realizada em 17/12/2013, o Diretor de Administração e Previdência deu conhecimento ao Conselho dos documentos enviados pela Geomag S.A. Prospecções Geofísicas e Lasa Prospecções S.A., pelos quais comunicam suas decisões de retirar o patrocínio do Plano Fugro. O Diretor deu também a conhecer os termos do Ofício nº 5727/CGTR/DITEC/PREVIC, através do qual aquela Autarquia, atendendo a solicitação da PREVHAB em sua C.PREVHAB/DIRAP/442/2013, de 29/11/2013, destaca os passos a serem cumpridos nas operações de retirada de patrocínio e transferência de gerenciamento do Plano Fugro.

18.4.4. Em 08/09/2014, o Diretor de Administração e Previdência, em atendimento a solicitação das patrocinadoras do Plano de Benefícios Fugro, através do expediente C.PREVHAB/DIRAP/263/2014 (Encaminhamento Padrão nº 09/2014) enviado ao Diretor de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, encaminhou documentos necessários para o início do processo de Cisão e Transferência de Gerenciamento das patrocinadoras Fugro Brasil — Serviços Submarinos e Levantamentos Ltda. e Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços de Levantamentos Ltda. para MultiPension Bradesco — Fundo Multipatrocinado de Previdência.

18.4.5. Em 20/10/2014, a PREVIC por meio do Ofício nº 3.278/CGTR/DITEC/PREVIC encaminhado a PREVHAB, informa que após exame dos documentos encaminhados pelo expediente C.PREVHAB/DIRAP/263/2014, verificou-se que o pleito necessita de ajustes apontados no Parecer nº 139/2014/CGTR/DITEC/PREVIC, anexo ao Ofício.

18.4.6. Em 24/11/2014, o Diretor de Administração e Previdência em atendimento as exigências da PREVIC no Ofício nº 3.278/CGTR/DITEC/PREVIC, através da C.PREVHAB/DIRAP/312/2014 (Encaminhamento Padrão nº 11/2014), encaminha os documentos solicitados.

19. Fatos Relevantes

19.1. Plano de Beneficios Fugro

19.1.1. A PREVIC por meio do Ofício nº 076/CGTR/DITEC/PREVIC, de 12/01/2015, enviado a PREVHAB, comunica que após análise das exigências formuladas no Ofício nº 3.278/CGTR/DITEC/PREVIC concluiu pela aprovação do processo de Cisão e Transferência de Gerenciamento das patrocinadoras Fugro Brasil — Serviços Submarinos e Levantamentos Ltda. e Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços de Levantamentos Ltda. para MultiPension Bradesco — Fundo Multipatrocinado de Previdência.

19.1.2. Em 03/02/2015, em resposta ao Ofício nº 076/CGTR/DITEC/PREVIC, o Diretor de Administração e Previdência através do expediente C.PREVHAB/DIRAP/032/2015 (Encaminhamento Padrão nº 03/2015) enviado ao Coordenador da Diretoria de Análise Técnica da PREVIC, comunica o cumprimento de todos os procedimentos do processo de Cisão e Transferência de Gerenciamento, inclusive, a realização, em 02/02/2015, da transferência para a titularidade do Bradesco MultiPensions do total dos recursos dos participantes aplicados em fundos de renda fixa e renda variável e o início efetivo de funcionamento do Plano de Benefícios Fugro Prev.

19.1.3. Em 11/02/2015, em resposta ao expediente C.PREVHAB/DIRAP/032/2015, a PREVIC através do Ofício nº 367/CGTR/DITEC/PREVIC comunica o início de funcionamento, em 02/02/2015, do Plano de Benefícios Fugro Prev – CNPB nº 2015.0001-19.

MARIO CARDOSO SANTIAGO/ DIRETOR - PRESIDENTE CPF 034.712.507-78

114/1

AURÍCIO WEL

DIRETOR FINANCEIRO CPF 180.124.187-20 GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.167.427-34

ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4 CPF 702.229.677-49

Relatório dos Auditores Independentes

RJPAR-15/010

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da **PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** Rio de Janeiro – RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da PREVHAB Previdência Complementar, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas por planos de benefícios e das demonstrações do plano de gestão administrativa por planos de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVHAB Previdência Complementar, em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

5. Ênfase

Fatos relevantes divulgados na nota 19, com relação ao Plano Fugro, em 12/01/2015, a PREVIC conclui pela aprovação do processo de Cisão e Transferência de Gerenciamento das patrocinadoras Fugro Brasil – Serviços Submarinos e Levantamentos Ltda. e Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços de Levantamentos Ltda. para a MultiPension Bradesco – Fundo Multipatrocinado de Previdência.

Em 03/02/2015 a PREVHAB comunica a PREVIC o cumprimento de todos os procedimentos do processo de Cisão e Transferência de Gerenciamento, inclusive a realização, em 02/02/2015 da transferência para a titularidade do Bradesco MultiPension do total dos recursos dos participantes aplicados em fundos de renda fixa e renda variável e o inicio efetivo do funcionamento do Plano de Beneficios Fugro Prev. Posteriormente a PREVIC informa a PREVHAB o início de funcionamento, em 02/02/2015, do Plano de Benefícios Fugro Prev - CNPB 2015 – 0001-19.

6. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e nosso relatório sobre as mesmas, datado de 21 de março de 2014, não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS Auditores Independentes CRCMG - 757/O -8 - F - RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Larizasefouras

Contador - CRCRJ - 046.114/O

Parecer Atuarial

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

STEA:- 25/2015/336

Ilmo. Sr Dr. Mario Cardoso Santiago M.D. Diretor Presidente da PREVHAB

Ref:- Parecer Atuarial sobre a Avaliação Atuarial de 31/12/2014

Prezado Senhor,

1:- Avaliamos o Plano Básico de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o exercício de 2015.

2:- Características do Plano

2.1:- O Plano Básico de Benefícios é um plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, de acordo com a classificação constante da Resolução CGPC nº 16 de 22/11/2005.

3:- Cadastro e Data Base

- 3.1:- A data base desta Avaliação Atuarial anual é dezembro/2014.
- 3.2:- Os cadastros ativos, aposentados, pensionistas e remidos foram posicionados em 31/12/2014.
- 3.3:- No cálculo desta provisão os benefícios e salários foram atualizados, pelos percentuais abaixo, conforme a variação mensal acumulada do INPC/IBGE, ocorrida entre o mês do último reajuste (CEF e assistidos não optantes setembro; Prevhab abril; assistidos optantes junho) e dezembro/2014:

	INDICE DE COI	RRECAO (INPC)	
BENEFICIO A CONCEDER		BENEFICIO CONCEDIDO	
CEF	PREVHAB	OPTANTES	NAO OPTANTES
2,0352%	4,0388%	2,6179%	2,0352%

- 3.4:- O Auxílio-Reclusão Adicional e o Auxílio-Doença foram considerados imateriais para fins de avaliação atuarial.
- 3.5:- O Benefício Proporcional Diferido, a Portabilidade e o Resgate não são avaliados devido à hipótese de rotatividade ser nula.

4:- Hipóteses e Métodos Utilizados

4.1:- No quadro abaixo elencamos as premissas utilizadas na Avaliação Atuarial de dezembro/2014.

Tábua de Mortalidade	AT 2000 segregada por sexo	
Tábua de Entrada em Invalidez	HUNTER	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	
Composição Familiar		
Assistidos	Família Real	
Ativos	Família Padrão	
Taxa de Rotatividade	0,00% a.a.	
Taxa de Juros Atuarial	4,60% a.a.	
Fator de Capacidade - Benefícios da Entidade	0,98	
Fator de Capacidade - Contribuições	0,98	
Taxa de Crescimento Salarial	CEF 4,0% a.a e Prevhab 2,0% a.a	
Taxa de Administração	10,00% para ativos e 4,00% para assistido	

- 4.2:- Na citada avaliação, admitiu-se a premissa de crescimento real anual de salários, aplicada até a idade esperada para entrada em aposentadoria.
- 4.3:- Destacamos que os cálculos foram realizados com base no Regime Financeiro de Capitalização utilizando o Método Agregado.
- 4.4:- As provisões relativas aos benefícios de pensão por futuro óbito de assistido ou ativo estão registradas em conjunto com as do benefício que será revertido em pensão. Desta forma, as provisões relativas a benefícios programados contêm o registro dos benefícios de aposentadorias programadas e suas reversões em pensão.
- 4.5:- As provisões relativas aos pecúlios por morte de ativos e de assistidos, mesmo aqueles que estejam recebendo benefícios de aposentadoria programada, estão registradas nas provisões de benefícios não-programados.

5:- Resultados

5.1:- As Provisões Matemáticas do Plano Básico de Benefícios avaliadas em 31/12/2014 totalizaram R\$ 531.975.903,77, e estão detalhadas conforme a seguir:

RESERVAS MATEMÁTICAS	531.975.903,77
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	517.159.413,13
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	517.159.413,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	436.409.782,22
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	80.749.630,9
BENEFÍCIOS A CONCEDER	14.816.490,64
Benef. Def. Estruturado em Regime de Capitalização Programado	14.207.360,5
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	14.301.175,3
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(93.814,84
Benef. Def. Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	609.130,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	613.466,90
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(4.336,77

6:- Plano de Custeio

- 6.1:- Não houve alteração do Plano de Custeio para o exercício de 2014 devendo ser mantidas as mesmas taxas já praticadas, configuradas conforme a seguir, observados os limites estabelecidos no artigo 62 do Regulamento do Plano Básico de Benefícios:
- 6.1.1:- O Participante ativo ou autopatrocinado contribui com a importância equivalente ao produto da aplicação dos seguintes percentuais do Regulamento:
- a) 1% (um por cento) incidente sobre a parcela do salário-de-participação que não excede à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;
- b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela do salário-de-participação que excede à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social e não excedente ao mesmo;
- c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela do excesso salário-de-participação ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social
- 6.1.2:- No caso de participante assistido, não efetua contribuição previdenciária.
- 6.1.3:- As patrocinadoras não contribuem.

7:- Situação Financeiro-Atuarial

7.1:- O Patrimônio de Cobertura do Plano está demonstrado a seguir, com base nos dados do Balancete Contábil posicionado em 31/12/2014, conforme disponibilizado pela Entidade.

Ativo Total	611.278.156,65
(-) Exigível Operacional	4.213.803,05
(-) Exigivel Contingencial	10.424.111,73
(-) Fundos	26.414.849,77
(-) Fundo Previdencial	
(-) Fundo Administrativo	26.414.849,77
(-) Fundo de Investimentos	
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	570.225.392,10

7.2:- Assim, verificamos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2014, no montante de R\$ 570.225.392,10 era suficiente para cobrir integralmente as obrigações do Passivo Atuarial no valor de R\$ 531.975.903,77.

7.3:- Esclarecemos que não cabe à STEA a verificação da qualidade dos ativos do plano.

8:- Variação das Provisões Matemáticas e Resultado do Exercício

8.1:- Da comparação do valor do compromisso atuarial reavaliado em dezembro/2014, no valor de R\$ 531.975.903,77, com o compromisso do exercício anterior atualizado, que corresponde a R\$ 518.549.594,54, registramos um acréscimo de R\$ 13.426.309,23 ou 2,59%.

8.1.1:- O principal fato que ocasionou o aumento das Reservas Matemáticas em R\$ 13.426.309,23 foi que no ano anterior de 2013 identificamos que o sistema não estava contemplando no seu cálculo a reversão da aposentadoria em pensão, ocasionando uma subestimativa do seu valor nas Reservas, fato este já corrigido neste novo cálculo de 2014.

8.1.2:- Apesar da diminuição do quantitativo de ativos (1 a menos) e de assistidos (11 a menos) comparando os anos de 2014 e 2013, a atualização dos salários (em média de 3%) e benefícios (em média de 2%) tiveram também certa influência na variação de 2,59% no valor das Reservas Matemáticas

8.1.3:- O superávit apurado no encerramento do exercício de 2013 anterior, no valor de R\$ 50.130.080,51, transformou-se em R\$ 38.249.488,33 no encerramento do exercício atual de 2014, devido aos efeitos já descritos neste Parecer.

9:- Conclusão

9.1:- Com base em tais fatos, podemos concluir que, em 31/12/2014, o Plano Básico de Benefícios encontrava-se com superávit financeiro-atuarial no valor de R\$ 38.249.488,33, que representa cerca de 7,19% do valor das Provisões Matemáticas.

9.2:- Como o superávit supra referido encontra-se abaixo do limite de 25% das Reservas Matemáticas do plano, foi integralmente registrado como Reserva de Contingência, conforme determina a Lei Complementar 109/2001, art. 20, para compensar futuros desvios das hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano.

9.3:- Os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que modificações futuras destes fatores poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

9.4:- Por fim, salientamos que, devido ao número reduzido de participantes ativos e assistidos no plano, é recomendado um acompanhamento especial da biometria e do cadastro de dependentes, a fim de evitar que desvios de sinistralidade causem o desequilíbrio atuarial do Plano.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Maristela Cardoso dos Santos

Maustula C des Santes

MIBA 2.092

Luciano Gonçalves de Castro e Silva

Tucian

MIBA 1.116

Luciete Daint

Julieta Daiub

Administradora Geral Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.

CIBA.Nº 01

Parecer do Conselho Fiscal

CONSELHO FISCAL

PARECER 01/2015

O Conselho Fiscal da Prevhab Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas, de 31 de dezembro de 2014, em sua 50ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de março de 2015, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, do Ministério da Previdência Social — MPS, tendo em vista, também, a manifestação da empresa Serviços Técnicos de Estatística e Atuária STEA Ltda., datada de 24 de fevereiro de 2015, e do relatório dos auditores Fernando Motta & Associados - Auditores Independentes, emitido em 18 de março de 2015,

RESOLVE:

Aprovar as Demonstrações Contábeis da Prevhab Previdência Complementar, referentes aos planos PLENUS, FUGRO e do Plano de Gestão Administrativa — PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, por entender que as mesmas estão representando de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2015.

Cândido de Almeida Neto

Presidente

Mauro Souza Monte

Your Jones Yout

Titular

Mário Monteiro de Oliveira

Titular

Resolução do Conselho Deliberativo

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO - RCD 01/2015

Em sua 148ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2015, o Conselho Deliberativo da Prevhab Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal exarado em sua 50ª Reunião Ordinária, de 20 de março de 2015,

RESOLVE:

- Aprovar as Demonstrações Contábeis da Prevhab Previdência Complementar referentes aos planos PLENUS, FUGRO e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2014.
- 2. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

Roberto de Andrade Torres

Presidente



Rua da Glória, 306 - 10° e 11° andar - Glória -Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-180 Tel: (21) 2212-5700 - Fax: (21) 2212-5743

